



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**MARIA RITA DA SILVA SOUSA**

**ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E  
DA LÍNGUA PORTUGUESA POR INDIVÍDUOS SURDOS**

**CATOLÉ DO ROCHA - PB**

**2015**

**MARIA RITA DA SILVA SOUSA**

**ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E  
DA LÍNGUA PORTUGUESA POR INDIVÍDUOS SURDOS**

Artigo apresentado ao Departamento de letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Me. José Marcos Rosendo de Souza.

Católé do Rocha – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725a Sousa, Maria Rita da Silva.

Algumas reflexões sobre a aquisição da língua de sinais e da língua portuguesa por indivíduos surdos [manuscrito] / Maria Rita da Silva Sousa. - 2015.

32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2015.

"Orientação: Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza, Departamento de Letras e Humanidades".

1. Surdo. 2. Libras. 3. Língua Portuguesa. 4. Aquisição. I. Título.

21. ed. CDD 371.91

MARIA RITA DA SILVA SOUSA

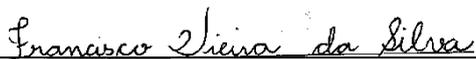
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E  
DA LÍNGUA PORTUGUESA POR INDIVÍDUOS SURDOS

BANCA EXAMINADORA



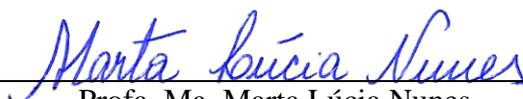
---

Prof.º. Me. José Marcos Rosendo de Souza  
Orientador – UEPB/CAMPUS IV



---

Prof.º. Me. Francisco Vieira da Silva  
Examinador – SEE/PB



---

Profa. Ma. Marta Lúcia Nunes  
Examinadora – UEPB/CAMPUS IV

Aprovado em 16 de junho de 2015

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, primeiramente, a Jeová Deus pela dádiva da vida e coragem durante toda esta longa caminhada.

A minha família, por ser o meu porto seguro: meu pai Severino e minha mãe Rita, meus irmãos: José, Severino e Francisca, meus sobrinhos: Geane, Gustavo, Isabella e Daniel. Amo vocês!

A esta Universidade, ao corpo docente, a direção e a administração que contribuíram para a minha vida acadêmica.

Aos meus colegas do curso, especialmente a Francinete pelo incentivo e apoio constante.

Agradeço de coração ao meu orientador, Prof<sup>o</sup>. Me. José Marcos Rosendo de Souza, pelas sugestões, dedicação, paciência, humildade e competência.

Enfim, a minha gratidão se estende a todos os amigos e familiares que me incentivaram a construir esse sonho e que com certeza sentem-se felizes por eu ter conseguido essa vitória.

A todos, muito obrigada!

*Eu já possuía a chave da linguagem e desejava ardentemente utilizá-la. As crianças que têm a felicidade de ouvir aprendem a falar sem esforço: apanham as palavras no ar, se assim se pode dizer. Mas a criança surda só as pode aprender por um processo penoso [...] lembro-me que, certa manhã, perguntei à minha mestra o sentido da palavra 'amor' [...] a professora passou-me o braço pela cintura com meiguice e escreveu na minha mão: "Eu amo Helen".*

Helen Keller, 1939

# ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E DA LÍNGUA PORTUGUESA POR INDIVÍDUOS SURDOS

Maria Rita da Silva Sousa<sup>1</sup>

## RESUMO

Considerando que a língua desempenha um papel fundamental na construção dos sujeitos, e que é por meio dela que compreendemos a sociedade e estabelecemos nossas relações interativas, o presente artigo pretende discutir alguns aspectos essenciais sobre aquisição da Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por sujeitos Surdos, no que se refere ao desenvolvimento dessas línguas. Essa pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, justifica-se pelo interesse temático e pela necessidade própria de como futura docente compreender melhor como ocorre o processo de aquisição dessas línguas pelo sujeito Surdo. Desse modo, este artigo foi desenvolvido à luz dos estudos de alguns teóricos como: Vygotsky (1989,1991), Quadros & Karnopp (2004) Quadros (1997), Costa (2003), Goldfeld (2002), Chomsky (1997) entre outros, por tratarem da questão da aquisição da língua(gem). Esperamos que esta pesquisa venha contribuir para que outros pesquisadores possam ampliar essas discussões e/ou trazer aspectos novos sobre o tema em questão, pois os Surdos são sujeitos com características linguísticas particulares e que têm, como as demais pessoas, necessidade de uma língua ativa e viva que lhes permita ampliar e conviver como seres sociais e culturais.

**Palavras-Chave:** Surdo. LIBRAS. Língua Portuguesa. Aquisição.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação em Letras na Universidade Estadual da Paraíba-Campus IV Email: m.ritadasilva@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O Surdo convive e atua no mundo como qualquer outro ser humano. Ele só possui uma característica que o distingue dos demais: a surdez. Apesar dessa diferença que é bastante típica, o Surdo é um indivíduo social que tem em si impressas as diferenças individuais, as influências sociais, educacionais, culturais e históricas que compõem o seu cotidiano; Dessa forma, a educação dos Surdos pode ocorrer por meio de duas línguas: a língua materna, “Língua de Sinais” (LS) utilizada pelo surdo para se comunicar sempre que necessário, por meio da qual tem acesso aos conhecimentos e aos conteúdos da educação e da vida e a “Língua Portuguesa” (LP), introduzida posteriormente na vida do indivíduo surdo, como meio de acesso a leitura e a escrita.

A LS pode ser usada para entender aspectos da LP, assim como é utilizada para entender outros conteúdos; entretanto, o ensino dessas línguas apresenta outras dimensões, exige organização e sistematização para que sejam adquiridas, pois existem algumas contestações entre as funções desempenhadas entre a LS e a LP, uma vez que o ensino de ambas apresenta diferenças no contexto de uma proposta bilíngue.

Com objetivo de compreender ocorre o processo de aquisição da Língua Portuguesa e da Língua de Sinais, voltado às pessoas surdas, fizemos um estudo bibliográfico a respeito da aquisição de ambas as línguas. Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica pelo interesse temático e pela necessidade própria de como futura docente entender melhor como ocorre o processo de aquisição da língua pelo sujeito Surdo.

A abordagem realizada procura mostrar que o surdo, como membro de uma sociedade, possui diferentes hábitos e uma língua própria, e, por isso, tem o direito de aprender uma segunda língua na modalidade escrita, para que possa se relacionar com a comunidade de forma mais abrangente e satisfatória. Assim, este artigo foi desenvolvido à luz dos estudos de alguns teóricos como: Vygotsky (1989,1991), Quadros & Karnopp (2004) Quadros (1997), Costa (2003), Goldfeld (2002), Chomsky (1997) entre outros, por tratarem da questão da aquisição da língua(gem).

O presente estudo está dividido da seguinte forma: no primeiro momento mostramos algumas considerações sobre aquisições da Língua Portuguesa (LP) e da Língua Sinais (LS) por indivíduos surdos; e também apresentamos um Breve Histórico da Educação de Surdos analisando como a língua foi adquirida pelos surdos no decorrer da história. No segundo momento discutimos sobre A aquisição da Língua de Sinais

Instituindo o Surdo como Sujeito, de forma a explicar acerca de algumas metodologias que favorecem a aquisição da LP como segunda língua para os indivíduos Surdos.

## **1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA**

### **1.1 Aquisições da Língua Portuguesa ( LP)e de Língua Sinais (LS) por Indivíduos Surdos.**

Um aspecto essencial relativo à linguagem humana é que todo ser humano, na convivência de uma comunidade linguística, fala (pelo menos) uma língua, a sua língua materna, aprendida com rapidez surpreendente, até aos cinco anos de idade, em estágios com características semelhantes entre as comunidades linguísticas, independentemente da ampla variedade da experiência linguística e das condições sociais em que se desenvolve o processo de aquisição.

Embora seja um sistema complexo, não exige nenhum tipo de ensino explícito, já que o desenvolvimento acontece pelas relações sociais instituídas com o outro, pelas vivências e ações ativas em contextos sociais significativos. Além disso, a linguagem humana permite o contato da criança, desde seus primeiros dias de vida, com o mundo, suas regras, seus objetos e sua funcionalidade.

De acordo com Vygotsky (1989), o início do desenvolvimento da linguagem surge na criança como elemento comunicativo, sob a influência e vínculos com as pessoas que a cercam. Assim, a linguagem desenvolve-se, inicialmente, como forma de interação entre a criança e as pessoas de seu cotidiano. Durante esse processo, em uma constituição dinâmica, instauram-se as relações para o desenvolvimento da linguagem interna, que se modifica em função mental, essencial para a formação do pensamento.

Um dos grandes desafios no estudo da linguagem é o fato de que ela é complexa de ser definida em razão de suas inúmeras possibilidades de estudo. Dessa maneira, para discutirmos sobre isso, buscamos respaldo nos estudos de Quadros & Karnopp (2004, p.24), quando argumentam que: “palavra linguagem aplica-se não apenas às Línguas Portuguesas, inglesas, espanholas, mas uma série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, que são sistemas artificiais e não naturais”. Dessa

forma, compreender o conceito de linguagem como instrumento social sugere tomá-la como um modo de ação situado no tempo e no espaço, que possui historicidade e ao mesmo tempo em que constitui relações sociais e identidades sociais, se transforma.

Pois a linguagem é o instrumento básico que propicia a atribuição de sentido à realidade e à experiência, é condição indispensável à construção do próprio conhecimento e, nomeadamente, do conhecimento científico. Para Vygotsky (1989, p. 44).

A aquisição de um sistema linguístico organiza todos os processos mentais da criança, pois o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento [...] O crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem.

Em se tratando da aquisição da Língua de Sinais, a criança passa a adquirir a linguagem assim que começa a estabelecer afinidade com a língua no meio em que vive. Esse processo se dá de forma natural, espontânea, sem que seja necessário qualquer tipo de intervenção. Logo, “[...] a criança adquire a linguagem na interação com as pessoas à sua volta, ouvindo ou vendo a língua ou os sinais, que estão sendo usada” (QUADROS e CRUZ, 2012, p. 15) Apesar da aquisição da linguagem envolver processos muito complexos, a criança começa a adquirir uma língua, quando dispõe de ocasiões favoráveis para usá-la.

Conforme Quadros (1997, p.70) “[...] o processo de aquisição da Língua de Sinais é idêntico ao processo de aquisição da língua oral pelos ouvintes, no que se refere às etapas deste processo”. A aquisição da Língua de Sinais ocorre em quatro estágios, sendo estes: *pré-linguístico*, *estágio de um sinal*, *estágio das primeiras combinações*, e *estágio das múltiplas combinações*.

No *Período Pré-Linguístico* (do nascimento até por volta de 14 meses de idade). Para Quadros (1997), o bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões desaparecem à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Tanto o bebê surdo e o ouvinte desenvolvem o balbucio oral e manual. Com certo período, o bebê surdo deixa o balbucio oral e o ouvinte abandona o balbucio manual.

Em relação ao *Estágio de um sinal*, Quadros (2001, p. 218-219) declara que “é iniciado por volta dos 12 meses até 24 meses. Observa-se no início deste período que tanto a criança surda quanto à ouvinte deixam de indicar objetos e pessoas pelo uso da

apontação”. É neste estágio que ocorrem as primeiras produções na Língua de Sinais, assim como a criança ouvinte começa a pronunciar as primeiras palavras.

Em relação ao *Estágio das Primeiras Combinações* (por volta dos dois anos de idade), Quadros (1997, p. 72) sublinha que as crianças devem adquirir duas táticas para marcar as relações gramaticais: “a incorporação dos identificadores e a ordem das expressões. A incorporação dos identificadores envolve a concordância verbal, e essa depende diretamente da aquisição do sistema pronominal”. A ordem usada pelas crianças surdas é SV (sujeito + verbo), VO (verbo+objeto), ou SVO (sujeito + verbo + objeto), e a ordem das palavras é utilizada para que se possa estabelecer as relações gramaticais.

Por fim, no *Estágio de múltiplas combinações* (por volta dos dois anos e meio a três anos), as crianças começam a usar um ponto no espaço para se referir a diferentes coisas ou pessoas, mas isso acontece ainda de forma inconsciente; além disso, elas começam a diferenciar nomes e verbos através das formas idiossincráticas<sup>2</sup>. Mas o domínio completo dos recursos morfológicos da língua é adquirido por volta dos cinco anos (LILLO-MARTIN, 1986 *apud* QUADROS, 1997.). Durante esse estágio, a criança consegue ampliar seu vocabulário e produzir um número maior de sinais, apropriando-se das regras de sua língua.

Diante dessa perspectiva, Bellugie e Petitto (1988) *apud* (Quadros, 1997, p.79), ao analisarem as descobertas na aquisição da linguagem, concluem que a “criança surda que tem pais surdos e lhe proporcionam acesso à língua espaço-viso desenvolverá facilmente sua linguagem”. Os fundamentos da linguagem não estão baseados na forma do sinal, mas na função linguística que a serve.

Vale salientar ainda que, quando a criança Surda é exposta precocemente à Língua de Sinais, o seu aprendizado acontece em ritmo semelhante ao da criança ouvinte. Como confirma Quadros (1997, p. 80).

---

<sup>2</sup> O adjetivo *idiossincrático* tem o significado de “relativo ao modo de ser, de sentir próprio de cada pessoa”. Ou “relativo à disposição particular de um indivíduo para reagir a determinados agentes exteriores” (ex.: *Este medicamento pode ter efeitos secundários idiossincráticos*). (PINTO, sp., 2007) O adjetivo pode significar ainda, a maneira particular de perceber e reagir à mesma situação, que depende por sua vez do temperamento e constituição de cada ser. (HOUAISS, 2001).

As crianças surdas, filhas de pais surdos, tem acesso a LIBRAS porque as crianças usam a mesma língua que seus pais. Além disso, a LIBRAS não é somente usada com a criança, os pais usam-na para se comunicarem entre eles e com amigos. Nesses casos, o desenvolvimento da linguagem ocorre de forma natural. Além disso, todos os estudos que foram apresentados sobre aquisição de crianças surdas de pais surdos evidenciam um processo análogo ao processo de aquisição em crianças ouvintes. Entretanto, com crianças surdas filhas de pais ouvintes a situação é completamente diferente. Mesmo quando os pais usam algum tipo de comunicação gestual, usam-na somente com a criança, pois é um sistema criado em função da criança nascida “deficiente”.

Nessa perspectiva, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é adquirida em contato com sinalizadores, sem ser ensinada formalmente, de modo a tornar-se a sua primeira língua. A aquisição dessa língua precisa ser assegurada para que se possa alcançar um trabalho sistemático com a L2 (Língua Portuguesa), por essa ser exigida no processo de escolarização de alunos Surdos.

A apropriação da Língua Portuguesa na modalidade escrita por crianças Surdas pode acontecer por uma prática fundamentada nas definições contextuais e no domínio de regras gramaticais, por meio de estruturas cognitivas que não são dependentes ao ouvir ou ao falar. A esse respeito, Vygotsky,( 1991 p.33) salienta que:

[...] a linguagem não depende necessariamente do som. [...] Em princípio, a linguagem não depende da natureza do material que utiliza. [...] Não importa qual o meio, mas sim o *uso funcional dos signos*, de quaisquer signos que pudessem exercer um papel correspondente ao da fala nos homens.

A linguagem desempenha um papel fundamental na construção do homem e pode ser expressa por inúmeras situações, tais como: imagens, expressões corporais e faciais, linguagem visual, auditiva, linguagens de códigos, enfim, inúmeras mensagens independentes da fala ou do som. Assim, as pessoas surdas se apropriam do conhecimento como qualquer outra pessoa, pois mesmo com a ausência da audição a comunicação pode e deve acontecer.

A escrita do português pelos Surdos passa por três estágios: a da colocação indiscriminado da construção gramatical da LIBRAS, um estágio mediador, no qual as estruturas das duas línguas se alternam, e o estágio final, pelo qual o português prevalece, como esclarece Costa (2003,p.100)

[...] na fase inicial do processo aparecem predominantemente características de LIBRAS na escrita; à medida que o sujeito avança no processo, traços de LIBRAS se mesclam com traços do Português; com o avanço gradativo do processo, as construções vão se aproximando cada vez mais do Português.

Diante disso, a instrução formal do Português escrito possibilitará a utilização por parte do Surdo, visto que a aquisição de uma língua escrita não acontece de forma natural, mas faz parte do processo evolutivo do homem. Com relação às especificidades da língua escrita, Costa (2003, p. 103-104) afirma ainda que:

Esta não pode ser considerada como parte do desenvolvimento natural do homem, uma vez que existem culturas ágrafas no mundo. [...] Sendo assim, não pode prescindir do desenvolvimento cultural e da educação formal. Neste sentido, não é demais acentuar que se existe uma faculdade do homem para a linguagem, esta só se realiza em interação com fatores ambientais, integrantes de um determinado universo sociocultural.

Aprender o português procederá do significado que essa língua adquire nas práticas sociais (com destaque às escolares) para as crianças e jovens Surdos. E o valor dessa língua só poderá ser conhecido por meio da Língua de Sinais. O letramento na Língua Portuguesa é condicionado à constituição de seu sentido na LIBRAS.

Porém, no processo de aquisição da escrita, acontece uma série de experiências, invenções e práticas, antes mesmo da instrução formal, e nisso incide a pré-história da sua escrita. Desse modo, “[...] as crianças assimilam a experiência escolar apenas externamente, sem entenderem ainda o sentido e o mecanismo de utilização das marcas simbólicas”. (LURIA, 1983, *apud* SMOLKA, 1993, p.57).

A metodologia de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa por Surdos deve se adequar a uma proposta educacional mais inclusiva, profissionais qualificados que conheçam os mecanismos de aquisição, para compreender de que forma esses indivíduos adquirem e aprendem a LP.

O que diferencia a distinção entre as línguas é a diferença que existe entre os sistemas fonológico (de sons), morfológico (de formas), sintático (de estruturação frasal) e semântico pragmático (significação e uso). É da composição específica de cada língua em seus quatro planos, [...] que resulta a falta de inteligibilidade entre indivíduos de diferentes línguas. (FERNANDES, 1998, p.8)

O Surdo aprendiz de português escrito não possui as mesmas especificidades de um ouvinte, tendo em vista que a aprendizagem da língua(gem) escrita é imprescindível, pois possibilita a esses sujeitos o avanço das condições no convívio social. Contudo, a apropriação da escrita pelas pessoas Surdas é uma tarefa difícil, já que elas têm a barreira auditiva o que impossibilita estabelecer a relação fonema/morfema, mas não implica dizer que não há aquisição dessa modalidade da Língua Portuguesa. Para Fernandes (2003 p.20).

Pela mediação de leitores experientes, a criança ouvinte estabelece relações significativas entre oralidade e representação escrita das palavras. Assim, torna-se capaz de evocar o som e o significado de palavras e sentenças ao perceber visualmente a escrita. No caso da criança surda, o domínio da língua escrita ocorre pelo canal visual. Ela percebe visualmente um determinado símbolo gráfico que a remete à recuperação mental do sinal também visual, em LIBRAS, e este, por sua vez, permite significar a palavra escrita.

Acerca dessa afirmativa, Brochado (2003) salienta ainda que é importante notar que o cérebro está neurologicamente dotado para adquirir língua(gem), não basicamente à fala (oral), uma vez que a aprendizagem de uma língua escrita por pessoas que nascem Surdas e aprendem uma Língua de Sinais demonstram que *ouvir a fala* não é a condição para aprender e usar uma língua(gem). Entretanto, a LIBRAS é o elemento extremamente importante para que a apropriação de uma segunda língua (escrita) aconteça com sucesso, pois é através dela que indivíduo Surdo obterá subsídio necessário para a aprendizagem. Assim, a LIBRAS é a língua natural da pessoa surda. De acordo com o pensamento de Quadros e Schmiedt (2006, p.23).

[...] a aquisição do português escrito por crianças Surdas ainda é baseada no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem o português falado. A criança Surda é colocada em contato com a escrita do português para ser alfabetizada em português seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português. Várias tentativas de alfabetizar a criança Surda por meio do português já foram realizadas, desde a utilização de métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado .

A reflexão sobre a aquisição da Língua Portuguesa surge a partir de experiências adquiridas pela criança, quando esta começa a entender o sentido dessa língua dentro dos vários contextos existentes. Com isso, a criança irá transpor o significado de todos os processos vividos para a escrita, em que atribuirá um sentido a ela, pois ler e escrever

em sinais e na Língua Portuguesa “são processos complexos que envolvem uma série de tipos de competências e experiências de vida que as crianças trazem. As competências gramatical e comunicativa das crianças são elementos fundamentais para o desenvolvimento da leitura e escrita” (QUADROS, 2006, p.31). Nesta perspectiva, entendemos que é impossível a criança ser letrada em uma segunda língua, sem ter domínio de uma primeira. O conhecimento de mundo apresentado pela criança é de grande valor para que o progresso da língua escrita ocorra de forma mais completa e assim a aquisição aconteça de fato.

## **1.2 Breve Histórico da Educação de Surdos**

A história da educação dos Surdos é marcada por diferentes concepções. Sobre isso, Goldfeld (2002, p. 27) afirma que “[...] na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas”. Até o século XV, os Surdos eram vistos como pessoas primitivas, ou seja, como indivíduos incapazes de aprender e de se comunicar livremente com pais e familiares. Assim, eles não tinham acesso à educação e eram impossibilitados de adquirir uma língua natural, o que lhes condenava a viver à margem dos direitos na sociedade.

Segundo Goldfeld (2002), no século dezesseis, na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520 - 1584) foi um admirável educador que desenvolveu uma metodologia específica, para que os surdos pudessem adquirir uma “língua” e assim se inserir na educação. Para isso, no processo eram utilizados: a datilologia (representação manual de letras do alfabeto), a escrita e a oralização. Cabe também ressaltar que é direito do indivíduo Surdo ter acesso ao instrumento linguístico característico da comunidade à qual naturalmente pertence. Para tanto, levaremos em consideração a importância da aquisição e do desenvolvimento da linguagem no indivíduo pois é um ponto de partida, especificamente no ensino de crianças Surdas. Para Costa (2010, p. 21), é pela linguagem que o indivíduo estabelece relações inter-pessoais e passar a ser visto de maneira diferente:

O sujeito Surdo passa a ser olhado como apto à linguagem, capaz de comunicar-se, de pensar, de expressar sentimentos, um ser moral, não é mais considerado um ser rudimentar, a posição-sujeito Surdo é tornada humana. Faz-se presente, por meio desse deslocamento, a força da ideologia e sua formação que acontece no processo de historicidade e leva a sociedade a ter novas concepções sobre antigas questões que sempre foram postas à humanidade, a presença do sujeito Surdo.

Até o século XV, os Surdos eram vistos como pessoas primitivas, ou seja, como indivíduos incapazes de aprender e de se comunicar livremente com pais e familiares. Assim, eles não tinham acesso à educação e eram impossibilitados de adquirir uma língua natural, o que lhes condenava a viver à margem dos direitos na sociedade.

Segundo Goldfeld (2002), no século dezesseis, na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520 - 1584) foi um admirável educador que desenvolveu uma metodologia específica, para que os surdos pudessem adquirir uma “língua” e assim se inserir na educação. Para isso, no processo eram utilizados: a datilologia (representação manual de letras do alfabeto), a escrita e a oralização. Cabe também ressaltar que é direito do indivíduo Surdo ter acesso ao instrumento linguístico característico da comunidade à qual naturalmente pertence. Para tanto, levaremos em consideração a importância da aquisição e do desenvolvimento da linguagem no indivíduo pois é um ponto de partida, especificamente no ensino de crianças Surdas. Além disso, Guarinello (2007, p. 22) destaca que “Bonet acreditava que primeiramente os Surdos deveriam dominar a leitura, a escrita e o alfabeto digital e, depois disso, estariam prontos para falar. Ele é considerado um dos precursores do oralismo”. Esse pensamento, além de ser bastante eficaz para a aquisição da língua escrita, também possibilita ao indivíduo Surdo uma maior interação com a sociedade.

Outro importante nome dentro da história da educação dos Surdos é o inglês John Wallis (1616 - 1703), professor de Oxford, que foi o primeiro a dedicar-se à educação de Surdos Conforme advoga Berthier (1984, p.170).

[...] ele logo percebeu que os recursos para as pessoas surdas sob seus cuidados eram muito escassos se comparados com aqueles contidos na linguagem de sinais. Em sua carta [...] ele escreve: E este (treino de articulação) é de fato o menor trabalho de dois (embora visto como o mais extraordinário). Mas um sem o outro seria de pouco uso. Pois pronunciar palavras simplesmente como um papagaio, sem saber o que elas significam não nos traria benefício nenhum.

Na trajetória educacional dos Surdos, houve aqueles que perceberam que a educação do Surdo deveria ser por meio de sinais. Na França, no século XVII o abade Charles Michel de L'épée foi pioneiro na valorização da Língua de Sinais na educação dos Surdos. Segundo Goldfeld (2010, p. 28-29), "L'épée se aproximou dos surdos que perambulavam pelas ruas de Paris, aprendeu com eles a Língua de Sinais e criou os Sinais Metódicos uma combinação da Língua de Sinais com a gramática sinalizada francesa." Dessa forma, proporcionava a eles o direito de serem reconhecidos como seres humano, que antes não era dada, pelo simples fato de não poderem falar e ouvir.

De acordo com Guanirello (2007, p. 24) "Em 1760, o abade L'épée fundou a primeira escola para Surdo no mundo, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris, já que acreditava que todos os Surdos, independente do nível social, tinham direito à educação". Diante dessa perspectiva, vale salientar que L'Epée confiava que os Surdos eram capazes de adquirir uma língua própria, ou seja, a Língua de Sinais e por este motivo criou alguns sinais que correspondiam a palavras da língua oral e não faziam parte da composição da Língua de Sinais.

Nesse sentido, a preocupação do referido abade era ensinar à escrita. Dessa forma, utilizou então os sinais. Para uma melhor compreensão. L'epée, (1776) *apud* Moura, (2000, p. 23) afirma que:

Todo Surdo-Mudo enviado a nós já tem uma linguagem [...] Ele tem o hábito de usá-la e compreende os outros que o fazem. Com ela, ele expressa suas necessidades, desejos, dúvidas, dores etc, e não erra quando os outros se expressam da mesma forma. Nós desejamos instituí-los e assim ensiná-los o Francês. Qual é o método mais simples e mais curto? Não seria nos expressando na sua língua? Adotando sua língua e fazendo com que ela se adapte a regras claras, nós não seríamos capazes de conduzir a sua instrução como desejamos.

Diante do exposto, L'Epée, acreditava que a língua era competência inata e que a Língua de Sinais era concebida como língua(gem) natural e como veículo adequado para desenvolver o pensamento e a comunicação. Entretanto, a aquisição da linguagem baseada no inatismo, afirmava que o homem nascia dotado de uma capacidade para a linguagem e necessitava ser estimulado pelo meio. Nessa lógica, Chomsky (1997, p.256) define a linguagem, centrando-se nas ideias inatista quando salienta que:

Seria vista como uma capacidade geneticamente determinada, como um componente do espírito humano, que especificaria uma certa espécie de gramáticas humanamente acessíveis. [...] há sistema fixo e geneticamente determinado que balize o desenvolvimento de toda linguagem.

O autor acima citado defende que a criança desenvolve estruturas cognitivas de forma análoga, delimitada pelo inatismo e considera a linguagem como um objeto natural. Assim, a capacidade de adquirir a linguagem é explicada pelo fato de que a criança tem condições de interpretar e produzir em situações apropriadas. A cognição começa quando o indivíduo é exposto a uma linguagem precária para adquirir e dominar um conjunto complexo de regras e princípios básicos que constituem a gramática internalizada do falante (SCARPA, 2006).

No século XVIII, a Língua de Sinais passa a prevalecer no ensino de Surdos, fazendo com que alguns autores o considerem como “a época áurea da história dos Surdos no mundo” (SÁ, 1999, p.75). Nesse século, a educação apresenta grande impulso no sentido quantitativo em função do acréscimo de escolas para Surdos, e qualitativo, já que, pela aquisição da Língua de Sinais os Surdos podiam aprender dominar vários conteúdos e desempenhar múltiplas profissões.

Segundo Moura (2000), no século XIX, experimentos do campo da medicina passam a fazer parte do universo da educação dos Surdos, destaca-se o apoio do médico francês Jean Marc Gaspard Itard. Ele é considerado o pai da otorrinolaringologia moderna. O pressuposto daquele autor indicava que o Surdo deveria ser educado somente pela fala; pela restauração da audição, ele tentou descobrir as visíveis causas da surdez. Para tanto, ele estudava os cadáveres de Surdos, fazendo várias experiências. Além disso, também publicou artigos sobre técnicas de colocar cateter no ouvido de pessoas Surdas. Essa técnica ficou conhecida como a *Sonda de Itard*. Apesar de ele utilizar técnicas pouco convencionais, deu sua contribuição aos Surdos. Para Moura (2000, p.24), Itard considerava que “os Surdos tinham uma língua, ainda que a considerasse falha para ser usada como método de ensino. Através desta visão, em que a língua dos Surdos era reconhecida, ele colocou os Surdos na categoria humana”.

Diante dessa perspectiva, vale salientar que, apesar de Itard acreditar que poderia restaurar a audição por meio do movimento articulatório, para então ampliar a fala, criticava severamente a Língua de Sinais, pois, segundo ele, impedia o desenvolvimento da fala, e sem os sinais, o Surdo seria estimulado e forçado a falar. Mas o próprio Itard, após muitos anos de tentativa em oralizar o Surdo e de descobrir as causas da surdez,

chegou à conclusão de que os Surdos poderiam adquirir a Língua de Sinais e através dela eles teriam acesso à educação obtendo assim entendimento, aprendizado e comunicação.

Em 1880, (Milão) na Itália, ocorreu um Congresso Mundial sobre Educação de Surdos. Neste Congresso, foi decidido que o método oral – e exclusivamente ele – deveria ser seguido como forma oficial e definitiva para o ensino dos alunos Surdos. A partir de então, a LS foi oficialmente proibida. Cabe, aqui, destacar que os professores Surdos não puderam participar da escolha dessa nova metodologia. Nas palavras de Skliar (2010 p 32)

Nesse Congresso – que não contava com a participação nem com a opinião da minoria interessada – um grupo não muito numeroso de educadores ouvintes impôs a superioridade da língua oral sobre a Língua de Sinais, e decretou sem fundamentação científica alguma, que a primeira deveria constituir o único objetivo de ensino. As motivações e ideias que fizeram possível esta conclusão – que não pode nem deve ser considerada somente de natureza metodológica – são ainda hoje objeto de estudo por parte de numerosos pesquisadores

Dessa forma, o Congresso de Milão é considerado um marco na história das políticas educacionais para Surdos, pois além de decidir a erradicação da LS como forma de procedimento educacional no ensino dos Surdos, impede que todos os profissionais Surdos trabalhem no ambiente educacional.

No Brasil, a história da educação de Surdos inicia-se 1857 quando, a convite de D. Pedro II, o professor francês Surdo Hernet Huet, veio ao Brasil para fundar a primeira escola para Surdos: o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação para Surdos – INES. Este convite se deu pelo fato de que, em junho de 1855, Huet havia apresentado ao Imperador D. Pedro II um relatório em língua francesa, cujo conteúdo manifestava o plano de criação de um estabelecimento para Surdos. A solicitação do professor foi atendida através da Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, que fixava a despesa e orçava a receita do Império para o exercício de 1858/1859. Conforme nos informa Gldfeld (2010, p.32), “Em relação ao Brasil, temos informações de que em 1855 chegou aqui o professor surdo francês Hernet Huet, trazido pelo imperador D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação de duas crianças surdas, com bolsas de estudo pagas pelo governo”.

Vale destacar que no Brasil não existia um conceito público acerca de educação dos Surdos. Ernest Huet, portador de Surdez congênita, trouxe uma carta de

recomendação do Ministro de Instrução Pública da França, e foi apresentado ao Reitor do Imperial Colégio Pedro II, que lhe abriu as portas para instituir a primeira escola de Surdos no país, o professor Hernest Huet contava com o auxílio da nobreza ligada ao governo. Sobre esse acontecimento, Reis (1992, p.27) nos informa que:

[...] Corria a informação, nos primórdios da instituição, de que D. Pedro II teria trazido para o Brasil o professor Huet para iniciar o ensino do Surdo no Brasil, porque a Princesa Isabel tinha um filho que era Surdo e que, em função disso, D. Pedro II teria se interessado em iniciar a educação de Surdos no Brasil.

Dessa forma, a educação dos Surdos no Brasil teve início com o francês Hernest Huet, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, que trouxe a escrita manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Ele deu origem à língua Brasileira de Sinais, com grande influência da língua Francesa e apresentou documentos importantes para educar os Surdos, mas ainda não havia escolas específicas (HONORA, 2009, p. 27).

Em 1923, surgiu no Brasil a segunda escola para surdos, denominada Instituto Santa Terezinha. No início da década de 50, foi promovido o primeiro “Curso de Formação de Professores para Recuperação de Deficientes da Audição e da Linguagem Falada”. Até então, os docentes de Surdos eram autodidatas ou tinham conseguido sua formação no exterior (VANNI, 1952).

Durante um período de 22 anos entre 1970 a 1992, os Surdos se fortaleceram e exigiram os seus direitos. Desde aquela época, as escolas tradicionais existentes no método oral de filosofia e, até hoje, boa parte delas vêm adotando o modelo inclusivo, em que a Língua de Sinais se estabelece como um elemento primordial para o atendimento educacional dos alunos Surdos, para que, dessa forma, eles possam adquirir a língua(gem) de sinais.

Em 2002, foi promulgada a lei nº 10. 436, de 24 de Abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação prática e de utilização das comunidades Surdas no Brasil. Com essa lei, surdos têm os seus direitos linguísticos garantidos. Pela qual se instituem as seguintes diretrizes:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2002).

Entre algumas conquistas nesse processo educacional dos surdos, destaca-se ainda o acesso à educação superior, com a criação do primeiro curso de graduação bilíngue Libras/Português, estruturado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), oferecendo cursos de graduação e pós-graduação semipresencial e a distância, e curso de Letras/LIBRAS (PIMENTA, 2006).

Nesse sentido, o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, constituiu o documento mais significativo até o momento, no que se refere aos Surdos no Brasil, visto que por meio dele a Língua Brasileira de Sinais, já reconhecida pela Lei nº 10.435/02 foi regulamentada. Entretanto, entre os muitos subsídios do referido decreto, especialmente em relação à educação de Surdos, destaca-se a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de formação de professores (BRASIL, 2005).

Dessa forma, a LIBRAS adquire um papel linguístico de destaque no cenário nacional da educação, permitido pela realidade da comunicação, dentro de um modelo multicultural, como uma perspectiva humanizadora, oportunizando, nos espaços sociais, uma leitura de mundo que respeita a diversidade.

## **2. A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS INSTITUINDO O SURDO COMO SUJEITO**

## **2.1 A Interação como Possibilidade para Aquisição da LS (L1) por Indivíduos Surdos.**

A comunicação humana é necessariamente distinta e superior a qualquer outra forma de comunicação conhecida (SANCHEZ, 1990). Segundo Lacerda (p.23, 1996), “no caso da surdez, a capacidade ou não de usar a linguagem é um critério decisivo para o desenvolvimento intelectual e cultural que vai depender do modo como essa linguagem é apresentada à criança em seu meio social”. Dessa forma, a aquisição da linguagem, capacidade particular de cada indivíduo, tem um lugar importante no desenvolvimento cognitivo, uma vez que, tem início nos primeiros anos de vida e transforma todo o progresso humano.

De acordo com Fernandez (2005), a aquisição da linguagem é inerente ao indivíduo, pois se verifica em bebês, ouvintes e surdos, que aos três meses de idade ao começarem o balbúcio o fazem em duas modalidades, oral e sinalizada. Dessa forma, considerando que a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é a língua materna do Surdo (língua L1), se uma criança com essa característica for exposta desde cedo à presença de adultos Surdos falantes da LIBRAS, interagindo entre si e com ela, é evidente que ela apreenderá essa língua naturalmente. Nesse sentido, Vygotsky (2001, p.63) ressalta que “o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento”. Dessa forma, o homem desde o nascimento já é um ser social em desenvolvimento e todas as suas revelações ocorrem por meio de outro ser social.

Vale destacar que a teoria sócio interacionista de Vygotsky (2005) aborda o papel das interações sociais aplicadas à gênese da linguagem e ao desenvolvimento cognitivo da criança. Nesta abordagem, a interação social e a linguagem são essenciais para o desenvolvimento humano, pois o indivíduo não seria apenas ativo, mas interativo, porque constrói conhecimentos e se constitui como sujeito a partir de relações interpessoais. Partindo dessa teoria, as interações sociais entre os indivíduos aconteceriam através da interferência da/pela linguagem. Baseado nessa corrente teórica é importante destacar a necessidade do Surdo em adquirir a LIBRAS (L1), visto que, a aquisição dessa língua garante seu desenvolvimento intelectual.

Considerando que a interação entre os Surdos ocorre principalmente por meio de Sinais, Santana, (2007, p.33) afirma: “Conferir à Língua de Sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas cognitivas, mas também sociais. [...] a Língua

de Sinais legitima o Surdo como sujeito de linguagem” por adquirir LIBRAS o Surdo terá condições de desenvolver as relações interpessoais. Dessa forma, as interações sociais são indispensáveis para o desenvolvimento da linguagem, ademais, as crianças Surdas podem e devem ter acesso à Língua de Sinais logo nos primeiros meses de vida, pois quanto mais cedo elas tiverem contato, mais precocemente se definirão como indivíduos constituídos na comunidade em que vivem, de acordo com o desenvolvimento de suas competências.

Em relação ao desenvolvimento cognitivo da criança surda, Fernandes (2000, p.51) prioriza o suporte linguístico na Língua de Sinais, pois: “Saber propiciar a aquisição da Língua de Sinais à criança Surda, antes de tudo como respaldo e principal instrumento para o desenvolvimento dos processos cognitivos, é o primeiro grande e indispensável passo para a verdadeira educação deste indivíduo”. Diante dessa perspectiva, o autor destaca a importância do meio onde as crianças Surdas são inseridas, sendo fundamental que pais e docentes estejam instigados a dialogarem com elas e harmonizarem ambientes de interação que tenha a LIBRAS como mecanismo ativo de comunicação.

Neste sentido, de acordo com o pensamento de Salles (2001), a LIBRAS é uma língua materna como qualquer outra (L1), adquirida eficaz e necessariamente na interação com seus falantes. O autor ainda reforça a importância do contato da criança Surda com adultos Surdos para aquisição da Língua de Sinais, sendo assim um meio de interação eficiente é também ferramenta para desenvolvimento de processos cognitivos, imprescindíveis nos primeiros anos de vida.

Dessa forma, a criança se desenvolve durante a interação social, a partir de uma relação mútua entre o nível individual e o plano social, ou seja, o desenvolvimento linguístico infantil pode ser percebido a partir de suas semelhanças com o outro. De acordo com o pensamento de Vygotsky (1984) *apud* Fernandes (2003, p.21).

...a partir do momento em que a língua passa a fazer parte do universo linguístico de representações de um indivíduo (primeiros anos de vida), linguagem e pensamento interagem num processo de interpretação significativa de seu universo conceitual. O indivíduo passa a perceber o mundo usando a palavra como símbolo representativo desse universo e a língua passa a fazer parte intrínseca de seus mecanismos mentais.

Em conformidade com essa afirmação, vale ressaltar que quanto mais rico e diversificado for o ambiente linguístico da criança Surda, maiores serão as possibilidades de aquisição da LIBRAS. É necessário favorecer um ambiente linguístico apropriado de experiência, mantendo intercâmbio com uma comunidade surda, para que possa participar da cultura numa troca de experiências com semelhantes.

Cabe destacar ainda que a aquisição da linguagem pela criança surda ocorre da mesma maneira como acontece com crianças ouvintes: por meio do contato com o outro. Entretanto, os ouvintes fazem uso da língua oral-auditiva, enquanto os Surdos de uma língua visuo-espacial. A Língua Brasileira de Sinais é a língua socialmente estabelecida e adquirida pelas crianças Surdas. Tendo em vista que o intercâmbio é necessário para que esses indivíduos adquiram a LIBRAS por meio de novas experiências comunicativas. A esse respeito, Quadros e Schmiedt (2006, p. 27-28) destacam que:

A proposta é tornar rica e lúdica a exploração de tais aspectos da Língua de Sinais que tornam tal língua um sistema linguístico complexo. As crianças precisam dominar tais relações para explorar toda a capacidade criativa que pode ser expressa por meio da sua língua e tornar possível o amadurecimento da capacidade lógica cognitiva para aprender uma segunda língua. Através da língua, as crianças discutem e pensam sobre o mundo. Elas estabelecem relações e organizam o pensamento. As histórias e a literatura são meios de explorar tais aspectos e tornar acessível à criança todos os recursos possíveis de serem explorados.

Acerca dessa afirmação que considera a importância das interações sociais para o desenvolvimento da linguagem, Goés (2002) salienta ainda que o desenvolvimento da criança Surda deve ser comprometido como procedimento social, e sua experiência de linguagem criada como instâncias de significação e mediação nas suas relações com a cultura nas suas relações com o outro. Assim como no processo de aquisição da linguagem pelos ouvintes, os sujeitos Surdos precisam de espaços nos quais as relações sociais possibilitem trocas simbólicas acessíveis a todos os interlocutores pela Língua de Sinais. A comunidade Surda é um dos principais meios de inserção desses sujeitos, por estabelecer relações de identificação entre os mesmos, proporcionando além da troca das ideias, possibilidades de se organizarem buscando novas oportunidades através de projetos sociais que visam o direito de todos.

## 2.2 Algumas metodologias que favorecem a aquisição da LP como segunda língua

O processo de educação dos Surdos é marcado pela contribuição de algumas teorias e as principais delas são: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo. Cada uma dessas vertentes teóricas apresenta uma concepção do ensino da Língua Portuguesa, principalmente, no que se refere a aquisição dessa língua pelos indivíduos Surdos.

*O oralismo ou filosofia oralista visa à inclusão da criança Surda na comunidade ouvinte, dando-lhe condições de ampliar a língua oral (no caso do Brasil, o português) (GOLDFELD, 2002). Dessa forma, apenas o canal auditivo-oral-fonatório é considerado eficaz porque através da leitura oro-facial a criança chega a compreender a fala dos outros, começando, assim, a oralizar. Para alguns defensores desta filosofia, a linguagem restringe-se à língua oralizada e esta deve ser a única forma de comunicação dos Surdos; nesse sentido, o processo de aquisição de língua portuguesa acontece por meio de ensino.*

De acordo com o pensamento de Moores (1978), o alemão Heinicke é considerado o fundador do oralismo, para ele, o pensamento só é aceitável através da língua oral. A língua escrita apresenta uma importância essencial, devendo seguir a língua oral e não anteceder-lá. Para o autor, a preferência na educação da criança Surda seria a linguagem falada, pois a linguagem através de gestos poderia prejudicar esta aprendizagem.

Segundo Goldfeld (1997, p.94), o oralismo utiliza “metodologias próximas àquelas destinadas ao ensino de línguas estrangeiras, para o ensino da língua oral das crianças Surdas”, ou seja, o objetivo dessa filosofia é levar o Surdo a falar. Como explica Capovilla e Capovilla (2002, p.130):

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes.

Dessa forma a filosofia oralista consiste na relação do indivíduo Surdo com a comunidade ouvinte, porém esta corrente extingue qualquer tipo de comunicação gestual, considerando que isso atrapalha o desenvolvimento da criança Surda, retirando-a do foco da fala, visto que, esta filosofia preza por uma redução gradativa da

“deficiência” através da estimulação auditiva, com a finalidade de fazer uma “reabilitação” do Surdo ao padrão de “normalidade”, o qual é tido como modelo o ouvinte (SÁ, 1999)

Diante dessa perspectiva, vale ressaltar que, segundo essa filosofia, o Surdo para continuar em sociedade precisa oralizar. Neste sentido, Goldfeld (2002, p.34) destaca que:

Para alcançar seus objetivos, a filosofia oralista utiliza diversas metodologias de oralização: verbo-tonal, audiofonatória, aural, acupédico etc. Essas metodologias se baseiam em pressupostos teóricos diferentes e possuem, em alguns aspectos, práticas diferentes.

Diante do exposto, Goldfeld (1997) defende que o processo é demorado, mas satisfatório e quanto mais cedo for iniciado o trabalho com criança, melhores serão os resultados, pois o Surdo que consegue dominar as regras da Língua Portuguesa e obtém a fala (oraliza) é considerado bem-sucedido. Dessa forma, o oralismo espera que, dominada a língua oral, o Surdo esteja apto a integrar-se à comunidade ouvinte.

A *Comunicação Total (CT)*, em oposição ao oralismo, preconiza que somente a aprendizagem da língua oralizada não garante pleno desenvolvimento da criança Surda. Para Goldfeld (1997), a precursora dessa filosofia foi Dorothy Schifflet, uma educadora e mãe de Surdo, cuja metodologia baseava-se na combinação da Língua de Sinais adicionada a língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual. A autora batizou tal metodologia de “Total Approach”, ou seja, “Abordagem Total”. Roy Holcon, em 1968, rebatizou este ‘novo método’ de “Total Communication”, dando origem a Comunicação Total.

Esta metodologia utiliza todas as formas de comunicação possíveis na educação dos Surdos, até mesmo aprendizagem da língua oral, conforme nos informa Goldfeld (1997, p.30)

As principais preocupações dessa filosofia são os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda [...] esta filosofia defende a utilização de qualquer recurso espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

O autor supracitado mostra que a Comunicação Total não desenvolveu uma língua para conceber o uso livre de outra, mesmo que possa utilizar a Língua de Sinais (oficial) ou padrão do país (escrita/oral) encaminhada pela probabilidade da simultaneidade, ou seja, para a CT não existe uma língua condutora na aquisição da

linguagem dos Surdos, porém a comunicação por diferentes códigos deve ser valorizada. Essa perspectiva foi alvo de críticas “[...] em função do não desenvolvimento de uma língua, que é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo de qualquer sujeito” (FALCÃO, 2011, p.213).

Pode-se confirmar essa asserção a partir de Ciccone (1996) que afirma que os defensores da CT promovem estímulos à comunicação aproveitando, quando válidas, as escolhas que viabilizam a comunicação, quer por sinais visuais, quer por sinais acústicos. Um código de Comunicação Total não exclui, entre outras técnicas e recursos, a estimulação auditiva, a adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual, a leitura labial, a oralização, a leitura e a escrita.

Dessa maneira essa abordagem se “mostra a favor” do uso de sinais, como meio legal para a comunicação entre os Surdos, mas não descarta o ensino do português. Conforme Lopes (2011, p.63)

O que se colocava como argumento a favor da CT é que esta seria uma filosofia que não se oporia á diferença surda, mas que possibilitaria aos indivíduos acesso a várias formas de aprendizagem e de interlocução linguística, ou seja, os surdos aprenderiam não apenas o português, mas também a Língua de Sinais.

Diante dessa asserção, vale salientar que a Comunicação Total define-se como uma filosofia que requer a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com Surdez, sendo assim ela valoriza a comunicação, a interação entre Surdos, ouvintes e defende a utilização simultânea de vários códigos diferentes na educação de Surdos.

*O Bilinguismo*, abordagem considerada recente na educação dos Surdos, defende que o Surdo deve adquirir duas línguas, a LS, língua que é adquirida de forma natural em contato com outros e serve como via de assimilação com seus iguais, e a LP em modalidade escrita, língua nacional do país em que vive. Neste sentido, Goldfeld (, 1997, p. 38) esclarece.

O Bilinguismo tem o grande mérito de divulgar e estimular a utilização de uma língua que pode ser adquirida espontaneamente pelos Surdos, a Língua de Sinais, bem como sua cultura. Somente pela exposição a essa língua, a criança surda pode desenvolve-se linguisticamente e cognitivamente sem dificuldades.

Assim, podemos compreender que o povo Surdo forma uma comunidade com língua, identidade e cultura próprias. Dessa forma, deve-se deixar de considerar o Surdo como uma pessoa incapacitada, mas encará-lo como diferente, com características e especificidades que devem ser apreciadas, dando-lhe oportunidade para que seja ele próprio.

Sobre esse aspecto, Quadros (2000, p. 54) diz o seguinte: “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos Surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”. Portanto, a proposta bilíngue é atual, objeto de reflexões dos profissionais que trabalham com educação de Surdos, porque além de permitir ao Surdo aprender as duas línguas no espaço escolar, admite fazer uso de ambas na sociedade.

O bilinguismo na educação deve questionar o currículo em uma perspectiva viso-espacial, a partir dos usuários da Língua de Sinais, que trazem uma bagagem cultural, com seus próprios instrumentos cognitivos, com suas modalidades de organização comunitária, de formas de ver o mundo e conteúdos culturais que não devem ser omitidos, além disso, a família desempenha um papel importante na educação dos indivíduos Surdos, especialmente aquelas filhas de pais ouvintes. Quadros (1997) *apud* Fernandes (1998, p.31) defende que:

[...] os pais ouvintes precisam descobrir este mundo essencialmente. Viso-espacial e conhecer a Língua de Sinais. As crianças surdas e seus pais ouvintes poderiam compartilhar o bilinguismo: língua portuguesa e Língua de Sinais Brasileira e ir além, descobrindo os vieses das culturas e das identidades que se entrecruzam. Possibilitara aquisição da linguagem das crianças Surdas implicará um desenvolvimento mais consistente do seu processo escolar.

Dessa forma, vale destacar a importância que os pais exercem no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças Surdas, mostrando assim que elas são capazes de enfrentar e encontrar soluções para os desafios que venham surgir durante a trajetória, para que Surdos e ouvintes possam construir uma sociedade mais justa e com qualidade de vida.

Diante do que foi apresentado nesse tópico, podemos inferir que as três principais abordagens de educação de Surdos defendem aspectos distintos em relação à aquisição da linguagem pela criança Surda, pois a visão que estas filosofias têm em

relação à linguagem e sua importância para o desenvolvimento infantil são diferentes, mas apesar das diferenças cada uma mostra sua contribuição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio deste breve estudo podemos compreender que o processo de aquisição da Língua de Sinais é análogo ao método de aquisição da língua oral pelos ouvintes, no que se refere às etapas deste processo, pois a criança adquire a língua na interação com as pessoas à sua volta, ouvindo ou vendo a língua ou os sinais que estão sendo usados, dessa forma ela é adquirida em contato com sinalizadores, sem ser ensinada, logo ela é a língua natural dos surdos. Entendemos assim que é impossível a criança ser letrada em uma segunda língua, sem ter domínio de uma primeira, pois o conhecimento de mundo apresentado pela criança é de grande valor para que o progresso da língua escrita se dê de forma mais completa e assim a aquisição aconteça de fato.

Ao traçarmos a pesquisa histórica da educação dos Surdos podemos entender os caminhos que esta percorreu, as barreiras que lhes foram impostas bem como os princípios sociais, filosóficos e os interesses pessoais que conduziram aquela educação e o destino dos surdos. Além disso, foram expostos dois pensamentos: aquele que acreditava que o ensino da língua oral para os surdos deveria ser a única forma de inseri-los na comunidade ouvinte e aquele que defende a Língua de Sinais, própria da comunidade surda, como meio linguístico pelo qual deve-se desenvolver sua educação e conseqüentemente a aquisição dessas línguas.

Ainda com a presente pesquisa percebemos que a criança surda precisa de espaços nos quais as relações sociais possibilitem trocas simbólicas acessíveis a todos os interlocutores pela Língua de Sinais, pois o intercâmbio é necessário para que esses indivíduos adquiram a LIBRAS por meio de novas experiências comunicativas.

Em relação às três principais abordagens de educação de surdos (oralista, comunicação total e bilinguismo), entendemos que cada uma delas apresenta prós e contras, abrem espaço para meditações na investigação de um caminho educacional que de fato beneficie o desenvolvimento íntegro dos sujeitos surdos, colaborando para que sejam cidadãos em nossa sociedade.

Esperamos, assim, que estas inferências possam servir de âncora no sentido de despertar curiosidades e inquietações de profissionais que tenham interesse nessa

temática, incluindo-se principalmente a própria comunidade surda e a família, a fim de expandir o conhecimento da realidade do surdo, na busca do entendimento para compreender o processo de aquisição tanto da L1 quanto da L2.

## **SOME REFLECTIONS AQUISISIÇÃO SIGNS OF LANGUAGE AND PORTUGUESE LANGUAGE FOR DEAF INDIVIDUALS**

### **ABSTRACT**

Whereas the language plays a fundamental role in the construction of subjects, and it is through it that we understand the society and established our interactive relationships, this article discusses some essential aspects of acquisition of Portuguese and Brazilian Sign Language (Libras ) for the Deaf, in relation to the development of these languages. This bibliographical research, qualitative nature, is justified by the thematic interest and by necessity how future teachers better understand how is the process of acquisition of these languages by subject Deaf. Thus, this study was developed in the light of the studies of some theorists such as Vygotsky (1989,1991), Quadros & Karnopp (2004) Quadros (1997), Costa (2003), Goldfeld (2002), Chomsky (1997)) among others. We hope that this study may contribute so that other researchers can expand these discussions and / or bring new aspects on the subject in question because, in our view, the Deaf are subject to particular linguistic characteristics, and are like everyone else, the need for an active, living language that allows them to expand and live as social and cultural beings.

Keywords: Deaf. POUNDS. Portuguese Language. Acquisition.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da Língua de Sinais Brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2003.

BERTHIER, F. **Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée**. In LANE, H. E PHILIP, F. *The deaf experience: classics in language and education*, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).

CAPOVILLA, Fernando C. & CAPOVILLA Alessandra G. S. **Educação da criança surda: O bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética**. Rev. Bras.Ed. Esp., Marília, jul-dez. 2002.

CICCONE, M. **Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda**. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

COSTA, D. A. F. **Linguística e surdez: compreendendo a singularidade da produção escrita de sujeitos**. Revista de Psicopedagogia. São Paulo. 20 (62), 2003. p.94-106.

COSTA, J P B. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade**. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

CHOMSKY. Noam. **Sobre a Natureza e Linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

FALCÃO, L. A. B. **Surdez, cognição visual e LIBRAS: estabelecendo novos diálogos**. 2ª ed. Recife: Ed. Do Autor, 2011.

FERNANDES, Sueli. **Surdez Linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças?** Dissertação de mestrado em Linguística de Língua Portuguesa. Universidade Federal do Paraná, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação Bilíngue para Surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Tese de Doutorado em Letras, Área de concentração Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, 2003.

\_\_\_\_\_ Língua de Sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas. **Revista Espaço**: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro, n.13, p.48-50, jun. 2000.

QUADROS, Ronice Muller. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Textura, Canoas n3 p.54,2000.

GOLDFELD, Marcia. A Criança Surda: **Linguagem e Cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2 ed. São Paulo. Plexus, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado de Línguas de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A **inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Campinas: Cad. CEDES, v.26. n.6 9, maio/ago.2006.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MOORES, D. F. - **Educating the Deaf Psychology**: Principles and Practice. Boston, Moughton Mifflin, 1978.

MOURA, M C de. **O SURDO: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR Ltda, 2000.

PIMENTA Selma Garrido. (1943). **O Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 7ª. Ed.. Editora Cortez. São Paulo – SP. 2006.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

QUADROS, R.M.; CRUZ, C R **Língua de Sinais: Instrumentos de Avaliação**-Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, R M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R M; KARNOPP, L B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar Português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

REIS, V. P. F. **A criança surda e seu mundo: o estado da arte, as políticas e as intervenções necessárias**. 1992. 243 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo/ES.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: EDUFF, 1999.

SALLES, Heloisa Maria Moreira de Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica**. Brasília (Programa Nacional de Apoio a Educação dos Surdos 2001).

SANCHÉZ, 1990. In: ALVES, Marlene Rodrigues. **Inclusão do Aluno Surdo Num Mesmo Espaço Escolar, Com Alunos Ouvintes do Ensino Regular da Rede Particular**. Maringá/PR: Revista Eficaz, 2011.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007

SCARPA, Ester Mirian **Aquisição da Linguagem**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, C. (orgs). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2006. (volume 2) p.203-230.

SKLIAR Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C (Org.). **Educação & exclusão abordagens socioantropológicas em educação especial**. 3ª Ed, Porto Alegre: Editora Mediação, 2010. p. 73-111.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: a escrita como processo discursivo**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

VANNI, Julio César. **Aspectos Pedagógicos da Educação do Surdo-Mudo**. A. A. Surdos do Brasil, 98 p., 1952.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY,\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto et. al. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY,\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

